ANEXO I DO EDITAL
LICITAÇÃO CONAB N.º 4/2020
TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

1.1 Este documento estabelece as normas específicas para Elaboração do Projeto Básico e Executivo Arquitetônico e de prevenção e combate a Incêndio e Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas da Unidade Armazenadora da CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento - de Brasília/DF, com aprovação no Corpo de Bombeiros, com orçamentação das obras e serviços necessários para a sua execução. A demanda da CONAB por esse serviço ocorre em razão da Companhia não possuir, em seu quadro/estrutura, recursos humanos e materiais para executar os serviços objeto dessa contratação.

2. OBJETO E ENQUADRAMENTO DO OBJETO DESTA TERMO

2.1 Contratação de empresa especializada para Elaboração do Projeto Básico e Executivo Arquitetônico e de prevenção e combate a Incêndio e Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas da Unidade Armazenadora da CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento - de Brasília/DF, localizada na SIA Trecho 05, Lotes 300/400 - Brasília/DF - e aprovação no Corpo de Bombeiros, com orçamentação das obras e serviços necessários para a sua execução.

2.2 Baseado no **Art. 1º, Parágrafo Único da Lei 10.520, de 17 julho de 2002** os serviços descritos neste termo, serão classificados como comuns de engenharia, devendo ser licitados pela modalidade Pregão Eletrônico.

2.3 Será adotado o critério de menor preço total dos serviços que são objeto deste Termo de Referência, desde que atendidas as demais exigências do Edital.

3. OBJETIVO DESTA CONTRATAÇÃO

3.1 Obter um Projeto de Combate e Prevenção a Incêndio de acordo com a legislação atual, aprovado pelo Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, com todos os elementos necessários para realizar a contratação das obras e serviços necessários para a sua execução, inclusive sua respectiva orçamentação.

3.2 É vedada a revisão de projeto básico ou a elaboração de projeto executivo que transfigurem o objeto originalmente contratado em outro de natureza e propósito diversos.

4. DA JUSTIFICATIVA

Os sistemas de prevenção e combate a incêndio da Unidade Armazenadora de Brasília – DF mostram sinais de ineficiência em proteger as edificações, o que representa risco para a segurança da unidade contra eventuais incêndios.

Primeiramente, há incerteza se a disposição dos sistemas de combate a incêndio está correta, pois foram encontrados somente os projetos relativos à instalação de extintores de um dos armazéns e a rede de hidrantes de outro armazém. Os projetos encontrados remetem à época de construção da unidade, o que sugere que o sistema nunca recebeu grandes reformas. Logo, não é possível verificar se a distribuição dos sistemas - como a de extintores, por exemplo – está correta.

Algumas edificações também sofreram modificações no seu uso ao longo dos anos, o que também sugere a necessidade de revisão dos sistemas de prevenção e combate a incêndio.

Vários dos equipamentos de segurança contra incêndio instalados também já apresentam deficiências em seu funcionamento e idade avançada, prejudicando sua confiabilidade e a segurança das edificações.

Considerando o corpo técnico limitado na CONAB para a elaboração dos projetos e a urgente necessidade da correta disponibilidade e operação dos sistemas, além da restrição para elaboração de projetos deste tipo a empresas credenciadas no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, acredita-se que a melhor solução é a contratação dos projetos arquitetônico, projetos de prevenção e combate a incêndio e sistema de proteção contra descargas atmosféricas da Unidade Armazenadora de Brasília-DF, e respectiva aprovação pelo Corpo de Bombeiros.

5. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

5.1 Tem amparo legal:

5.1.1 Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações;

5.1.2 Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, em especial:

5.1.2.1 NBR 5410:2004: Versão Corrigida:2008 - Instalações elétricas de baixa tensão;

5.1.2.2 NBR 5419:2005: Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas;

5.1.2.3 NBR 5580:2015 Tubos de aço-carbono para usos comuns na condução de fluidos – Especificação

5.1.2.4 NBR 5590:2015 Versão Corrigida 2:2017: Tubos de aço-carbono com ou sem solda longitudinal, pretos ou galvanizados — Requisitos

5.1.2.5 NBR 5626:1998: Instalação Predial de Água Fria;

5.1.2.6 NBR 5647-2:1999 Sistemas para adução e distribuição de água - Tubos e conexões de PVC 6,3 com junta elástica e com diâmetros nominais até DN 100 - Parte 2: Requisitos específicos para tubos com pressão nominal PN 1,0 Mpa

5.1.2.7 NBR 5647-3:1999 Versão Corrigida:2000: Sistemas para adução e distribuição de água - Tubos e conexões de PVC 6,3 com junta elástica e com diâmetros nominais até DN 100 - Parte 3 - Requisitos específicos para tubos com pressão nominal PN 0,75 MPa

5.1.2.8 NBR 5647-4:1999: Sistemas para adução e distribuição de água - Tubos e conexões de PVC 6,3 com junta elástica e com diâmetros nominais até DN 100 - Parte 4: Requisitos específicos para tubos com pressão nominal PN 0,60 Mpa

5.1.2.9 NBR 5667-1:2006: Hidrantes urbanos de incêndio de ferro fundido dúctil - Parte 1: Hidrantes de coluna

5.1.2.10 NBR 6925:2016: Conexões de ferro fundido maleável, de classes 150 e 300, com rosca NPT para tubulação

5.1.2.11 NBR 6943:2016: Conexões de ferro fundido maleável, com rosca ABNT NBR NM ISO 7-1, para tubulações

5.1.2.12 NBR 9077:2001: Saídas de emergência em edifícios;

5.1.2.13 NBR 10351:1988 Conexões injetadas de PVC rígido com junta elástica para redes e adutoras de água – Especificação

5.1.2.14 NBR 10897:2014 Versão Corrigida:2014: Sistemas de proteção contra incêndio por chuveiros automáticos — Requisitos

5.1.2.15 NBR 10898:2013: Sistema de iluminação de emergência;

- 5.1.2.16 NBR 11720:2010 Conexões para união de tubos de cobre por soldagem ou brasagem capilar — Requisitos
- 5.1.2.17 NBR 11861:1998: Mangueira de incêndio - Requisitos e métodos de ensaio
- 5.1.2.18 NBR 12779:2009: Mangueira de incêndio - Inspeção, manutenção e cuidados
- 5.1.2.19 NBR 12693:2010: Sistemas de proteção por extintor de incêndio;
- 5.1.2.20 NBR 12779:2009:- Mangueira de incêndio – inspeção, manutenção e cuidados;
- 5.1.2.21 NBR 12912:1993 Versão Corrigida:1995 da ABNT: Rosca NPT para tubos - Dimensões – Padronização
- 5.1.2.22 NBR 13206:2010: Tubo de cobre leve, médio e pesado, sem costura, para condução de fluidos – Requisitos
- 5.1.2.23 NBR 13434-1:2004: Sinalização de segurança contra incêndio e pânico – Parte 1: Princípios de projeto;
- 5.1.2.24 NBR 13434-2:2004: Sinalização de segurança contra incêndio e pânico – Parte 2: Símbolos e suas formas, dimensões e cores;
- 5.1.2.25 NBR 13434-3:2004: Sinalização de segurança contra incêndio e pânico – Parte 3: Requisitos e métodos de ensaio;
- 5.1.2.26 NBR 13714:2000: Sistemas de hidrantes e mangotinhos para combate a incêndio;
- 5.1.2.27 NBR 14276:2006: Brigada de incêndio - Requisitos
- 5.1.2.28 NBR 14349:1999 Versão Corrigida:1999: União para mangueira de incêndio - Requisitos e métodos de ensaio
- 5.1.2.29 NBR 14105-1:2013 Versão Corrigida:2013: Medidores de pressão - Parte 1: Medidores analógicos de pressão com sensor de elemento elástico — Requisitos de fabricação, classificação, ensaios e utilização
- 5.1.2.30 NBR 14277:2005 Instalações e equipamentos para treinamento de combate a incêndio – Requisitos
- 5.1.2.31 NBR 14608:2007 Versão Corrigida:2008: Bombeiro profissional civil
- 5.1.2.32 NBR 15219:2005: Plano de emergência contra incêndio - Requisitos
- 5.1.2.33 NBR 15757:2009: Tubos e conexões de cobre — Métodos de ensaio
- 5.1.2.34 NBR 16577:2017 Versão Corrigida:2017: Espaço confinado - Prevenção de acidentes, procedimentos e medidas de proteção
- 5.1.2.35 NBR 17240:2010: Sistemas de detecção e alarme de incêndio – Projeto, instalação, comissionamento e manutenção de sistemas de detecção e alarme de incêndio – Requisitos;
- 5.1.2.36 Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013;
- 5.1.2.37 Recomendações Básicas para a Contratação e Fiscalização de Obras de Edificações Públicas (Tribunal de Contas da União);
- 5.1.2.38 Outras que sejam necessárias para cumprimento das exigências da Administração do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros.
- 5.1.2.39 Normas específicas atualizadas do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal – CBMDF.

5.2 Em caso de conflito, as normas específicas do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal – CBM/DF - prevalecem sobre as normas da ABNT.

5.3 As normas específicas do Corpo de Bombeiros podem ser atualizadas, devendo a CONTRATADA se responsabilizar a acompanhar as modificações e novas normas no intuito de incorporá-las no objeto desta contratação. As normas podem ser obtidas entrando em contato com o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, ou através do Endereço Eletrônico: <<www.cbm.df.gov.br>>

6. DOS PRAZOS

6.1 Será firmado Contrato, com vigência de pelo menos quatro anos a partir da data de sua assinatura, com a licitante vencedora, no prazo de cinco dias úteis contados a partir da intimação de comparecimento para sua celebração. O Contrato é prorrogável, desde que não supere o limite de 05 (cinco) anos e:

- 6.1.1 Haja interesse da CONAB;
- 6.1.2 Seja demonstrada a vantajosidade na manutenção do ajuste;
- 6.1.3 Exista recurso orçamentário para atender à prorrogação;
- 6.1.4 As obrigações da CONTRATADA tenham sido regularmente cumpridas;
- 6.1.5 A CONTRATADA manifeste expressamente a sua anuência na prorrogação;
- 6.1.6 Seja constatada a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA;
- 6.1.7 Inexista sanção restritiva da atividade licitatória e contratual;
- 6.1.8 Seja promovida na vigência do Contrato e formalizada por meio de termo aditivo; e
- 6.1.9 Haja autorização da autoridade competente.

6.2 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato sujeitará a mesma à perda do direito a contratação e à penalidade prevista no art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

6.3 O prazo previsto para execução dos serviços é de **300 (trezentos) dias corridos** para aprovação dos projetos pelo Corpo de Bombeiros e orçamentação, contados a partir da assinatura do Contrato.

6.4 Caso o projeto de combate a incêndio necessite de correções após a análise pelo Corpo de Bombeiros ou não seja aprovado pela comissão fiscalizadora, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades previstas no item 18.

6.5 Antes da assinatura do Contrato, será realizada uma reunião com a FISCALIZAÇÃO e a CONTRATADA para esclarecimentos gerais, na qual deverão ser dirimidas todas as dúvidas da CONTRATADA quanto ao andamento dos trabalhos e quanto à documentação disponibilizada pela FISCALIZAÇÃO.

7. DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 A proponente deverá enviar a sua proposta à CONAB contendo os seguintes elementos:

7.1.1 Descrição detalhada do objeto, com especificação clara, completa e minuciosa dos serviços a serem executados, em conformidade com o Projeto Básico.

7.1.2 Preço unitário e global do item, em algarismos e por extenso (havendo discordância entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos);

7.1.3 Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo de 60 dias;

7.1.3.1 Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura do

Contrato, ficam os proponentes liberados dos compromissos assumidos.

7.1.5 Cronograma Físico-Financeiro do objeto deste Termo de Referência, com prazo máximo de 300 dias entre a assinatura do Contrato e a entrega dos projetos de combate a incêndio aprovados pelo Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, com orçamento e com todos os elementos técnicos necessários para a correta execução dos sistemas.

7.1.6 informação expressa de que nos preços cotados estão incluídos todos os custos necessários ao fornecimento do produto objeto deste Termo de Referência, inclusive, todos os impostos (IOF e outros), tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a sobre ele incidir, nada mais sendo lícito pleitear a esse título;

7.1.7 Os seguintes dados da proponente: Razão Social, endereço, telefone/Fax, número do CNPJ/MF, banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento.

7.2 A proponente deverá cotar o preço do objeto desta contratação em moeda nacional.

7.3 A proposta de preços descrita neste item deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, em papel timbrado da proponente, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas que impeçam sua perfeita compreensão, devidamente datada, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal da proponente.

7.4 Considerar-se-á, inapelavelmente, a CONTRATADA como altamente especializada nos serviços objeto da contratação, o que significa que deverá ter computado todos os custos diretos nos preços unitários, e no BDI da proposta, todos os custos indiretos, tais como: impostos, contribuições, taxas, encargos sociais, etc., necessários à completa e correta elaboração dos projetos.

7.5 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a CONTRATADA.

7.6 Para efeito das presentes disposições, o termo CONTRATADA define a proponente vencedora do certame licitatório, a quem será adjudicada o serviço, o termo FISCALIZAÇÃO define a equipe técnica que representa a CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento perante a CONTRATADA e a quem esta última dever-se-á reportar e o termo CONTRATANTE define a CONAB.

7.7 Antes de apresentar sua proposta, a proponente deverá analisar todos os documentos que compõe o Edital, sendo recomendada a vistoria da Unidade Armazenadora da CONAB em Brasília-DF por representante legal devidamente qualificado, de modo a verificar as condições locais, normas e legislações, executando todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, tendo em vista não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços.

7.8 A visita tem como objetivo o conhecimento de peculiaridades que possam vir a influenciar nos preços ofertados pelos licitantes.

7.9 O serviço a ser executado deverá obedecer rigorosamente:

7.9.1 Às normas e especificações constantes deste Termo de Referência;

7.9.2 Às normas do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal - CBM/DF;

7.9.3 Às normas da ABNT;

7.9.4 Às disposições legais da União, Estado e Município onde será instalado o sistema;

7.9.5 Aos regulamentos das empresas concessionárias;

7.9.6 Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT e do Corpo de Bombeiros.

7.10 Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações e projetos ora

fornecidos não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para a CONTRATADA cobrar serviços extras.

7.11 A licitante deverá apresentar o orçamento dos serviços com descrição de cada item, valor unitário e valor total de cada serviço.

7.12 A licitante deverá compor e discriminar sua taxa de BDI com base em fórmula própria, levando em conta que nesta taxa deverão estar considerados, além dos impostos, as despesas indiretas não explicitadas na proposta e o lucro. A licitante deverá inclusive realizar o cálculo do BDI para materiais, equipamentos e mão-de-obra de acordo com as decisões e acórdãos atualizados do TCU.

8 DA HABILITAÇÃO

8.1 Para a habilitação, a proponente detentora da melhor oferta deverá apresentar todos os documentos relacionados no item 8.

8.2 Relativos à Habilitação Jurídica :

8.2.1 no caso de:

8.2.1.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.1.2 microempreendedor individual – MEI : Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio: <<www.portaldoempreendedor.gov.br>>;

8.2.1.3 sociedade empresária/comercial ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.4 sociedade simples : inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.2.1.5 microempresa ou empresa de pequeno porte : certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI;

8.2.1.6 cooperativa : ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.2.1.7 empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País : decreto de autorização;

8.2.1.8 exercício de atividade de XXXX : ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos do artigo XX da (Lei/Decreto) nº XXXX.

8.2.2 os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.2.3 a inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência

8.3 Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.3.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.3.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.3.3 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.3.4 prova de regularidade perante a Fazenda Estadual e a Municipal, do domicílio ou sede da proponente, na forma da lei;

8.3.5 prova de regularidade perante a Seguridade Social (INSS) e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

8.3.6 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. (Lei 12.440, de 8/7/2011).

8.3.7 As microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.3.8 Havendo alguma restrição na comprovação da sua regularidade fiscal, será assegurado à proponente qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte o prazo de 5 (cinco) dias úteis - cujo termo inicial corresponderá ao momento da divulgação do resultado da fase de habilitação - prorrogáveis por igual período, a critério da CONAB e a pedido justificado da proponente, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.3.9 A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação e acarretará a inabilitação do proponente, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência, sendo facultado à CONAB convocar as proponentes remanescentes, na ordem de classificação de cada item ou grupo, para assinatura do Contrato ou revogar a dispensa de licitação.

8.4 Relativos à Qualificação Econômico – Financeira:

8.4.1 certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da proponente ;

8.4.1.1 a certidão, referida na alínea anterior, que não estiver mencionando explicitamente o prazo de validade, somente será aceita com o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.

8.4.2 para as empresas não inscritas no SICAF , balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser

atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.4.2.1 no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.4.3 será considerada boa a situação financeira da proponente, quando os seus Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) forem maiores do que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta “on line” no caso de empresas inscritas no SICAF:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.4.3.1 a proponente que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverá comprovar que possui patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente, por meio de Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

9. DOS SERVIÇOS

9.1 Os serviços a serem desenvolvidos consistem em estudos e projetos de engenharia e arquitetura, englobando desde levantamento de dados, estudos preliminares e/ou ante-projetos até Projeto Básico completo, além da elaboração de estudos de viabilidade técnica e econômica, orçamentos, cronogramas, especificações, levantamentos cadastrais, vistorias, laudos técnicos e pareceres.

9.2 O Projeto Básico, como etapa necessária dos projetos, é peça fundamental para a realização de obra ou serviço, conforme preconizado no art. 7º, § 2º, inciso I, da Lei nº 8666/93. Deverá conter todos os “elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação”. Deverá ser composto dos seguintes itens (Lei nº 8666/93, art. 6º, Inciso IX):

- a) desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global dos serviços de engenharia e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;
- b) soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras e montagem;
- c) identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar aos serviços, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem

frustrar o caráter competitivo para a sua execução;

d) informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para os serviços, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;

e) subsídios para montagem do plano de licitação e gestão dos serviços, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;

f) orçamento detalhado do custo global dos serviços, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados.

9.3 O Projeto Básico deverá ser desenvolvido a partir de um estudo preliminar e/ou ante-projeto e demais informações e orientações fornecidas pela CONAB. Deverá ser composto por todos os projetos pertinentes ao objeto da licitação e necessários à completa e perfeita consecução dos serviços.

9.4 Partes dos sistemas de prevenção e combate a incêndio existentes na Unidades Armazenadora de Brasília/DF poderão ser reaproveitados no novo projeto, desde que:

9.4.1 Os engenheiros da CONTRATADA assumam as responsabilidades sobre as partes aproveitadas;

9.4.2 As partes aproveitadas estejam de acordo com a legislação atual;

9.4.3 Seja apresentado estudo que mostre que é a melhor solução e que atende aos critérios técnicos, de viabilidade, economicidade e sustentabilidade;

9.4.4 As partes aproveitadas deverão ser indicadas nos novos projetos.

9.5 Os desenhos técnicos deverão ser entregues em 3 (três) vias, em papel sulfite, perfeitamente cortados e dobrados segundo as normas da ABNT. Deverão vir acompanhados dos arquivos eletrônicos gerados em formato .dwg – padrão do AUTOCAD 2015 ou versão anterior - e em formato .pdf (neste caso, as cores dos desenhos técnicos em .pdf devem ser convertidos para a escala de cinza), armazenados em mídia eletrônica, para visualização da CONAB e posterior arquivamento.

9.6 Toda a documentação gerada no projeto, incluindo planilhas, memoriais, atestados etc. deverão ser entregues em três vias, em papel A4, sendo uma das vias a que contém os documentos originais, se for o caso, além de ser entregue também uma via em mídia digital, gravada em unidade de disco gravável do tipo DVD-R com caixa rígida. Desenhos técnicos poderão utilizar formatos maiores de papel, desde que possam ser dobrados em formato A4.

9.7 As planilhas deverão relacionar todos os itens necessários à execução da obra, seus quantitativos, os respectivos preços unitários dos materiais e da mão de obra e do uso de equipamentos para sua aplicação.

9.8 A CONTRATADA disponibilizará equipe para realizar até vinte vistorias técnicas durante a execução das obras e serviços dos projetos.

9.8.1 As vistorias serão demandadas pelo fiscal do Contrato.

9.8.2 Cada vistoria será registrada através do documento "Declaração de Vistoria Técnica", conforme modelo do ANEXO II deste Edital.

9.9

9.9 Segue abaixo o que deve ser entregue em cada etapa para que se consiga cumprir o objeto deste Termo de Referência: "Contratação de empresa especializada para Elaboração de Projeto Executivo Arquitetônico, Projeto de Combate e Prevenção de Incêndio e Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas da Unidade Armazenadora da CONAB em Brasília-DF, e aprovação no Corpo de Bombeiros,

com orçamentação das obras e serviços necessários para a sua execução”:

9.8.1 – Etapa 1: Projeto Executivo Arquitetônico – Projetos *As built* – como construído – de todas as edificações que compõem a propriedade da Unidade Armazenadora de Brasília:

- a) Desenhos com plantas de situação e locação, contendo implantação do edifício e sua relação com o entorno do local escolhido, acessos e estacionamentos (orientação, eixos da construção cotados em relação à referência, identificação de postes, árvores, hidrantes, calçadas e arruamentos, etc);
- b) Desenhos das fachadas do imóvel;
- c) Plantas baixas dos pavimentos, com cotas de piso acabado, medidas internas, espessuras de paredes, dimensões de aberturas e vãos de portas e janelas, alturas de peitoris, indicação de planos de cortes e elevações;
- d) Plantas de cobertura, com indicação de sentido de escoamento de águas, inclinação, indicação de calhas, rufos, contrarrufos, condutores e beirais, tipo de impermeabilização, juntas de dilatação etc;
- e) Cortes transversais e longitudinais da edificação;
- f) Elevações, indicando aberturas, esquadrias, alturas, níveis, etc;
- g) Estudo de orientação solar, iluminação natural e conforto térmico;
- h) Indicação de caixas d'água, circulação vertical, áreas técnicas, etc;
- i) Atendimento às normas de acessibilidade;
- j) Ampliação de áreas molhadas ou especiais, com indicação de equipamentos e aparelhos hidráulico-sanitários;
- k) Detalhes;
- l) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) referente a todos os documentos/projetos elaborados;
- m) Entrega final do projeto arquitetônico, juntamente com o Caderno de Especificações Técnicas (cópias impressas e em mídia digital);
- n) Protocolo do Projeto Executivo Arquitetônico junto ao CBM/DF.

9.8.2 – Etapa 2: Aprovação do Projeto Arquitetônico pelo CBM/DF:

- a) Certificado de aprovação do Projeto Arquitetônico no CBM/DF;

9.8.3- Etapa 3: Projeto de Combate e Prevenção de Incêndio (submetido à aprovação no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal):

- a) **Planta de situação**, indicando as canalizações externas, redes existentes das concessionárias e outras de interesse;
- b) **Planta de localização** - baseia-se no enquadramento da obra no logradouro público;
- c) **Laudo Técnico**, devidamente assinado pelo responsável técnico do projeto, atestando as condições existentes;
- d) **Caderno de Especificações Técnicas**, contendo, além das especificações e normas de execução de todas as obras, serviços e materiais;
- e) **Planta geral** de cada nível dos edifícios com as instalações de combate e prevenção de incêndio (cortes, elevações, implantação, locação e fachadas) com indicações de tubulações,

comprimentos, vazões, pressões nos pontos de interesse, cotas de elevação, registros, válvulas, extintores, detectores de fumaça, centrais de detecção, acionadores manuais, sirenes de alarme, indicadores visuais, chaves, hidrantes, rede de sprinkler, iluminação de emergência, bombeamentos e demais componentes;

f) **Planta baixa** indicando tubulações, prumadas, reservatório, caixas de hidrante e/ou equipamentos;

g) **Isometria, em escala adequada, dos sistemas de hidrantes ou mangotinhos**, com indicação de diâmetros, comprimento dos tubos e das mangueiras, vazões nos pontos principais, cotas de elevação e outros;

h) **Desenhos esquemáticos** da sala de bombas, reservatórios e abrigos;

i) **Projeto do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas – SPDA** – a ser implantado na unidade, além do projeto elétrico do sistema de combate e prevenção a incêndio, com as localizações de cada elemento que o compõe, além dos diagramas unifilares, diagramas de comando etc. e detalhes necessários;

j) ART's (Anotações de Responsabilidades Técnicas) ou, onde couber, Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) dos projetos Arquitetônico, Combate e Prevenção a Incêndio e Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas no CREA/CAU registradas e pagas;

k) Demais documentos que se fizerem necessários para aprovação do projeto de prevenção de combate a incêndio junto ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, como:

-Protocolo de análise do Projeto de Proteção Contra Incêndio e Pânico (documento ao CBM/DF);

-Pagamento de recolhimento de taxa de serviços do CBM/DF de análise de projeto;

-Cronograma de execução etc.

9.8.4 - Etapa 4: Correções e obtenção do Certificado de Aprovação do Projeto de Combate a Incêndio:

a) Certificado de Aprovação do Projeto de combate e prevenção de incêndio expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal

9.8.5 Etapa 5: Elaboração e entrega do Projeto Básico e Executivo dos sistemas de Combate a Incêndio e orçamentação da obra: 30 dias;

a) **Memorial Técnico Descritivo** das obras e serviços;

b) **Caderno de Especificações Técnicas**, contendo as especificações e normas de execução de todas as obras, serviços, materiais e equipamentos;

c) **Planilha de cálculo do BDI diferenciado para as categorias Material, Equipamento e Mão de Obra** das obras e serviços necessários para a instalação do sistema de combate e prevenção a incêndio, de acordo com as decisões, recomendações e acórdãos atualizados do TCU;

d) **Planilha de Encargos Sociais** compatível com o localidade das instalações;

e) **Planilha de quantitativos e preços estimados das obras e serviços**, compostos das categorias "Material", "Equipamento" e "Mão de obra"

f) Planilha de **Composições de Preços Unitários**;

g) **Cronograma f-financeiro** estimado das obras e serviços;

h) **Memoriais de cálculo do dimensionamento das tubulações, reservatórios, estruturas de apoio e bombas hidráulicas (vazões, potências, pressões nas bombas, diâmetros de**

sucção e recalque, perda de carga no uso simultâneo dos hidrantes mais desfavoráveis hidraulicamente, pressão desejada na saída dos hidrantes etc), sistema de alimentação elétrica das bombas (distribuição, condutores, calhas, conexões, disjuntores, sistema de partida de motores, sistema de comando e outros dispositivos elétricos necessários), inclusive do motor a combustão que deverá ser previsto para alimentar as bombas na ausência de fornecimento de energia elétrica, memoriais de cálculo do projeto elétrico e do SPDA e estruturas civis complementares. Os Memoriais de Cálculo devem ser por si só completos e devem permitir a verificação de cada etapa dos cálculos do projeto por especialistas de forma clara, bem como deixem claras as especificações que permitam a orçamentação precisa de materiais, equipamentos e mão de obra;

9.8.6 Etapa 6: Apreciação, correções e aprovação dos projetos pela FISCALIZAÇÃO:

Não há entregas específicas para esta etapa, desde que a CONTRATADA realize todas as correções e ajustes solicitados pela FISCALIZAÇÃO.

9.8.7 Etapa 7: Vistoria Técnica na execução das adaptações, Teste de Estanqueidade, e Relatórios de Conformidade Final:

- a) Declaração de Vistoria Técnica, nos mesmos moldes da declaração do Anexo II;
- b) Relatório de Conformidade Final com laudo do Teste de Estanqueidade;
- c) ART's (Anotações de Responsabilidades Técnicas) ou, onde couber, Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) do Relatório de Conformidade Final e do Teste de Estanqueidade.

9.9 O orçamento do projeto aprovado no CBM/DF deverá seguir o que preconiza o Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013:

“Art. 3º: O custo global de referência de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços e obras de infraestrutura de transporte, será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil.

Art. 4º: O custo global de referência dos serviços e obras de infraestrutura de transportes será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais aos seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema de Custos Referenciais de Obras - SICRO, cuja manutenção e divulgação caberá ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de infraestrutura de transportes.

Parágrafo único. Os novos sistemas de referência de custos somente serão aplicáveis no caso de incompatibilidade de adoção dos sistemas referidos nos arts. 3o e 4o, incorporando-se às suas composições de custo unitário os custos de

insumos constantes do SINAPI e SICRO.”

9.10 Quando da indisponibilidade de utilização de preços referenciais da tabela SINAPI, consultar no mínimo 3 (três) empresas regionais, idôneas e com capacidade real de fornecimento de peças ou material, destacando a fonte de consulta (Nome da empresa e contato);

Deverão ser apresentadas todas as composições e cotações necessárias para a elaboração deste orçamento.

9.11 Apresentar o detalhamento do BDI e dos Encargos Sociais, visando assim fazer cumprir a Súmula nº 258 do Tribunal de Contas da União - TCU, que consta: “As composições de custos unitários e o detalhamento de Encargos Sociais e do BDI integram o orçamento que compõem o Projeto Básico da obra ou serviço de engenharia, devem constar dos anexos do edital de licitação e das propostas das licitantes e não podem ser indicados mediante uso da expressão “verba” ou de unidades genéricas.”, assim como os encargos sociais, o BDI deverá ser detalhado, não podendo seu valor ultrapassar o que preconiza o Acórdão nº 2622/2013 – TCU – Plenário.

9.12 Não serão de responsabilidade da CONTRATANTE, e sim da CONTRATADA, as taxas para aprovação dos projetos na Administração do Distrito Federal e no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

9.13 Após a celebração do contrato, não será levada em conta reclamação ou solicitação de alteração dos preços constantes da proposta da CONTRATADA.

9.14 As normas de segurança constantes destas especificações não desobrigam a CONTRATADA do cumprimento de outras disposições legais, federais, estaduais e municipais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho.

9.15 Cumpre à CONTRATADA providenciar o pessoal habilitado necessário para a execução dos trabalhos até o cumprimento integral do contrato.

9.16 Todas as questões, reclamações, demandas judiciais, ações por perdas ou danos e indenizações oriundas de danos causados pela CONTRATADA serão de sua inteira responsabilidade, não cabendo responsabilidade solidária por parte da CONAB.

9.17 A equipe técnica da CONTRATADA responsável pelos serviços deverá contar com profissionais especializados e devidamente habilitados para desenvolver as diversas atividades necessárias à execução dos serviços.

9.18 A qualquer tempo, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da CONTRATADA, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos.

9.19 A FISCALIZAÇÃO não aceitará a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades. Quando houver necessidade de movimentar ou modificar outros equipamentos e elementos existentes, a fim de facilitar a execução de seus serviços, a CONTRATADA deverá solicitar previamente à FISCALIZAÇÃO autorização para tais deslocamentos e modificações.

9.20 As atividades que a FISCALIZAÇÃO julgar necessitarem de seu acompanhamento terão sua execução restrita aos horários compreendidos entre 08h00min e 17h30min nos dias úteis.

9.21 Caso os serviços dessa natureza ocorram fora do horário especificado, a CONTRATADA deverá solicitar autorização da FISCALIZAÇÃO, que avaliará a possibilidade de realização desses serviços.

9.22 Todas as cópias, plotagens e mídias necessárias à análise dos projetos/documentação que trata, pela FISCALIZAÇÃO serão providenciadas pela CONTRATADA, às suas exclusivas custas.

10. DA VISITA

10.1 A CONTRATADA poderá visitar a Unidade Armazenadora de Brasília/DF até o segundo dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldades existentes, mediante prévio agendamento de horário através dos telefones (61) 3363-2511 ou (61) 3363-2502.

10.2 A visita será acompanhada por representante da CONAB, designado para esse fim, o qual visará a declaração comprobatória da vistoria efetuada, em documento previamente elaborado pela CONTRATADA, de acordo com o modelo no Anexo II.

10.3 Para participar da visita técnica, os responsáveis ou procuradores das empresas deverão apresentar contrato social que tenha seu objeto social condizente com o objetivo deste Termo de Referência.

11. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DAS EMPRESAS PROPONENTES

11.1 Apresentar declaração, assinada pelo representante legal da empresa, de que, sendo vencedora da licitação, apresentará, no ato da assinatura do contrato, junto ao CONTRATANTE, certidão de registro junto ao CREA-DF, comprovando habilitação para o desempenho dos serviços constantes no objeto de contratação, com validade na data de assinatura do contrato;

11.2 Apresentar declaração, assinada pelo representante legal da empresa, de que, sendo vencedora da licitação, apresentará, no ato da assinatura do contrato, junto ao CONTRATANTE, Certificado de Credenciamento (CRD), emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, conforme Norma Técnica nº 006/2000-CBMDF, Lei Distrital nº 2.747/2001, regulamentada pelo Decreto Distrital nº 23.154/2002 e Regulamento de Segurança contra Incêndio e Pânico – RSIP, aprovado pelo Decreto Distrital nº 21.361/2000, com validade na data de assinatura do contrato;

11.3 Comprovar haver no seu quadro de funcionarios, profissional devidamente reconhecido pela Entidade de Classe e detentor de um ou mais Atestados de Responsabilidade Técnica, devidamente certificados pelo CREA-DF, comprovando que confeccionou projeto de sistemas de combate a incêndio aprovado no CBM/DF com pelo menos 4.000 m² (quatro mil metros quadrados). Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante;

11.4 Os atestados no subitem anterior, para serem aceitos, deverão ter as seguintes informações:

11.4.1 Descrição das características técnicas, quantitativos das obras ou serviços e atestar a execução parcial ou total do objeto do contrato;

11.4.2 Assinatura do representante legal da CONTRATANTE;

11.4.3 Data de emissão;

11.4.4 Menção aos documentos de responsabilidade técnica expedidos (ART/RRT) em razão das obras ou serviços executados;

11.4.5 O proponente disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da empresa com a qual celebrou contrato e local em que foram prestados os serviços.

11.5 Comprovar haver no seu quadro de funcionários, pelo menos um profissional devidamente reconhecido pela Entidade de Classe formado em cada uma das áreas seguintes:

- a) Engenharia Civil
- b) Engenharia Elétrica

11.5.1 Entende-se por quadro de funcionários citado no parágrafo anterior, registro em Carteira Profissional, sócio ou responsável técnico reconhecido pelo CREA-DF. Para isto, deverá apresentar comprovante de vínculo empregatício ou vínculo de sociedade ou contrato de terceirização, entre a empresa e o engenheiro que será o responsável pela execução do serviço;

11.6 O(s) Responsável(is) Técnico(s), consideradas as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto deste Termo de referência, deverá(ão) estar habilitado(s) em qualquer modalidade de Arquitetura, Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica ou Engenharia de Segurança do Trabalho, devendo ser emitida a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) pertinente.

12. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

12.1 Ao final de cada etapa executada, a fiscalização deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório.

12.2 Quando a CONTRATADA terminar todas as Etapas correspondentes a este Termo de Referência e a FISCALIZAÇÃO indicar que não há mais pendências a serem sanadas, será elaborado Termo de Recebimento Provisório detalhado acerca das ocorrências na execução do Contrato, os quais serão encaminhados ao empregado ou comissão designada para o recebimento definitivo.

12.2.1 Constatada a condição de conclusão do objeto através da vistoria, em até 15 (quinze) dias contados a partir do término da obra ou serviço, o Fiscal do Contrato ou a Comissão de Fiscalização emitirá o Termo de Recebimento Provisório, o qual deverá ser circunstanciado e assinado por ambas as partes;

12.2.2 Em caso de constatação local da não finalização da obra ou serviço e da existência de parcelas ainda não executadas ou fornecidas, não será reconhecido efeito à comunicação referida no artigo antecedente, o que implicará na não emissão do Termo de Recebimento Provisório da obra ou serviço e na caracterização de atraso caso ultrapassado o prazo contratual, sujeitando a CONTRATADA às penalidades cabíveis previstas em Contrato;

12.2.3 Concluídos os trabalhos relativos às pendências listadas, a CONTRATADA efetuará, dentro do prazo fixado acima, por escrito, comunicado ao Fiscal do Contrato ou à Comissão de Fiscalização solicitando a realização de nova vistoria;

12.2.4 A emissão da comunicação da conclusão das pendências fora do prazo fixado pelo Fiscal do Contrato ou pela Comissão de Fiscalização para as devidas correções caracterizará atraso, sujeitando a CONTRATADA às penalidades cabíveis previstas em Contrato;

12.2.5 Constatada a conclusão das pendências na nova vistoria, que deverá ser realizada em até 05 (cinco) dias da comunicação da CONTRATADA, o Fiscal do Contrato ou Comissão de Fiscalização emitirá dentro deste prazo comunicado interno aos responsáveis pelo Recebimento Definitivo para que sejam efetuadas as providências com vistas à emissão do Termo Circunstanciado;

12.2.6 Se porventura, durante a nova vistoria, verificar-se que as pendências apontadas pelo Fiscal do Contrato ou Comissão de Fiscalização não foram sanadas, caracterizar-se-á atraso a partir daquela data,

sujeitando a CONTRATADA às penalidades cabíveis previstas em Contrato.

12.3 O Recebimento Definitivo, ato que concretiza o atesto da execução dos serviços, será realizado pelo empregado ou comissão designada para o Recebimento Definitivo.

12.3.1 No prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, se não houver pendências, ou da comunicação do Fiscal do Contrato ou da Comissão de Fiscalização referida na alínea “f” do inciso I, será observado o funcionamento e a produtividade dos equipamentos ou instalações e finalizada vistoria por empregado ou comissão designada pela Superintendência Gestora na Matriz ou pela Gerência Gestora nas Superintendências Regionais, com vistas à emissão do Termo Circunstanciado;

12.3.2 Havendo indicação de novas pendências, será concedido prazo, limitado a 15 (quinze) dias contados da vistoria, a fim de efetuarem-se as correções necessárias;

12.3.3 Sanadas as pendências, após nova comunicação escrita da CONTRATADA dentro do prazo fixado na alínea “b”, será efetuada vistoria final e após a verificação da perfeita adequação da obra ou do serviço aos termos do Projeto Básico, será emitido em até 10 (dez) dias da comunicação da contratada o Termo Circunstanciado recebendo definitivamente o objeto do Contrato;

12.3.3.1 Na hipótese de a vistoria anterior não ser procedida dentro do prazo de até 90 (noventa) dias, reputar-se-á como realizada, consumando-se o Recebimento Definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o fato seja comunicado;

12.3.4 A emissão da comunicação da conclusão das pendências fora do prazo fixado na alínea “b” pelo Fiscal do Contrato ou Comissão de Fiscalização para as devidas correções caracterizará atraso, sujeitando a CONTRATADA às penalidades cabíveis previstas em Contrato;

12.3.5 Se porventura, durante a vistoria final, verificar-se que as pendências apontadas pelo Fiscal do Contrato ou Comissão de Fiscalização não foram sanadas, caracterizar-se-á atraso a partir da data da vistoria final.

12.4 O prazo para Recebimento Definitivo poderá ser prorrogado por fatos ocorridos no curso da contratação, desde que devidamente justificado no processo.

12.5 Nos casos em que a prorrogação do prazo para Recebimento Definitivo ultrapassar a vigência do Contrato deverá ser providenciado o termo aditivo antes de expirar a vigência original do Contrato, mediante autorização da Diretoria Administrativa no âmbito da Matriz ou da Superintendência Regional no âmbito de sua competência.

12.6 O Recebimento Provisório ou Definitivo não exclui a responsabilidade civil, principalmente quanto a solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução nos limites estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro e pelo Contrato.

12.7 O Recebimento Provisório ou Definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios revelados posteriormente, nem pela garantia dos bens entregues ou do serviço realizado.

12.8 O Recebimento Provisório ou Definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.

13. DO PAGAMENTO

13.1 O pagamento será efetuado pela CONAB no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, caso não haja nenhuma pendência fiscal ou de execução por parte da CONTRATADA.

13.2 Os pagamentos serão efetuados por meio de medições a cada etapa concluída, dentro dos limites previstos no Cronograma e Fluxograma, cujos valores serão obtidos com o produto dos quantitativos efetivamente executados, pelos respectivos preços unitários propostos. Sobre os valores obtidos já estão incididos os percentuais propostos para Encargos Sociais, Custos Administrativos, Remuneração da CONTRATADA e Despesas Fiscais;

13.3 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo empregado ou comissão de fiscalização, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta online ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sitios eletronicos oficiais.

13.4 A Nota Fiscal/Fatura será emitida pela CONTRATADA de acordo com os seguintes procedimentos:

13.4.1 Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a CONTRATADA apresentará à FISCALIZAÇÃO a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

13.4.2 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade e devidamente atestados pelo fiscal ou pela comissão de fiscalização.

13.4.3 Juntamente à primeira medição de serviços, a CONTRATADA deverá apresentar comprovação de matrícula da obra junto à Previdência Social, conforme o caso.

13.4.4 A CONTRATADA também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

13.5 No prazo de até 05 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

13.5.1 O atraso na apresentação, por parte da empresa, da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;

13.5.2 A prorrogação do prazo de pagamento não exime a CONTRATADA de promover o pagamento dos empregados nas datas regulamentares, nem das obrigações sociais e trabalhistas;

13.6 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo empregado ou comissão designada para fiscalização, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta online ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sitios eletronicos oficiais.

13.7 Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura no momento em que a CONAB atestar a execução do objeto do Contrato.

13.8 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.9 Antes de cada pagamento será realizada consulta ao SICAF e caso o resultado seja desfavorável, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis à CONTRATADA, prorrogável uma vez por igual período a critério da CONAB, para a regularização ou apresentação da sua defesa.

13.9.1 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONAB deverá

comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela CONAB, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.9.2 Persistindo a irregularidade, a CONAB deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do Contrato, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

13.9.3 Havendo a efetiva prestação de serviços, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

13.9.4 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela (Diretoria Gestora na Matriz e pela Superintendência Regional no âmbito da sua competência), não será rescindido o Contrato em execução com empresa ou profissional inadimplente no SICAF.

13.10 Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, junto à Nota Fiscal/Fatura, a devida declaração indicando a faixa percentual em que a CONTRATADA está enquadrada, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

13.11 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, quando couber.

13.11.1 A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.11.2 Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

13.12 Dos pagamentos devidos à CONTRATADA serão retidos outros impostos e contribuições de acordo com a legislação vigente.

13.13 As eventuais multas impostas à CONTRATADA em decorrência de inadimplência contratual poderão ser descontadas do pagamento devido desde que concluído o procedimento para aplicação de sanções.

13.14 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela CONAB, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios devidos;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, computado com base na fórmula $I = [(TX/100)/365]$;

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e VP = Valor da prestação em atraso.

13.15 Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no ato de entrega e aceitação, a execução do objeto não estiver em conformidade com as especificações estipuladas;

13.16 O atraso na apresentação, por parte da empresa, da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;

13.16.1 a prorrogação do prazo de pagamento não exime a CONTRATADA de promover o pagamento.

13.17 O pagamento será efetuado da seguinte forma:

13.17.1 Mobilização da equipe, elaboração de Projeto Arquitetônico e Apresentação do Projeto ao Corpo de Bombeiros e emissão de ART/RRT do respectivo projeto: 15 % (quinze por cento) do valor do Contrato;

13.17.2 Correções no Projeto Arquitetônico e respectivo certificado de aprovação pelo Corpo de Bombeiros: 15 % (quinze por cento) do valor do Contrato;

13.17.3 Elaboração e apresentação do Projeto de Combate a Incêndio ao Corpo de Bombeiros e emissão de ART/RRT do respectivo projeto: 15 % (quinze por cento) do valor do Contrato;

13.17.4 Correções e obtenção do Certificado de Aprovação do Projeto de Combate a Incêndio: 15% (quinze por cento) do valor do Contrato;

13.17.5 Elaboração e entrega do Projeto Básico e Executivo dos sistemas de Combate a Incêndio e orçamentação da obra: 15% (quinze por cento) do valor do Contrato;

13.17.6 Apreciação, correções, aprovação dos projetos pela FISCALIZAÇÃO: 15% (quinze por cento) do valor do Contrato;

13.17.7 Vistoria técnica na execução das adaptações, teste de estanqueidade e relatórios de conformidade final com emissão de ART/RRT: 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1 São obrigações da CONTRATANTE:

14.1.1 Assegurar o acesso do pessoal autorizado pela CONTRATADA, devidamente identificado, aos locais onde devam executar os serviços, tomando todas as providências necessárias

14.1.2 Acompanhar e fiscalizar os serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

14.1.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

14.1.4 Analisar e aprovar o plano de execução e o cronograma detalhado dos serviços e obras a serem apresentados pela CONTRATADA no início dos trabalhos, caso estejam de acordo com os ditames do Projeto Básico;

14.1.5 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no curso da execução dos serviços, para que seja reparado ou corrigido;

14.1.6 Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

14.1.7 Solicitar a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à CONTRATANTE no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

14.1.8 Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;

14.1.9 Promover reuniões periódicas para análise e discussão sobre o andamento dos serviços e obras, esclarecimentos e providências necessárias ao cumprimento do contrato.

14.1.9.1 Reunir-se com a CONTRATADA, após a assinatura do contrato, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais.

14.1.10 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

14.1.11 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

14.1.12 Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o previsto neste Projeto Básico;

14.1.13 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

14.1.14 Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente a prestação de serviço, conforme o cronograma, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

14.1.15 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA consoante previsão na legislação;

14.1.16 Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "*as built*", orçamentos, cronogramas, livro de ocorrências, correspondências, certificados de ensaios e testes de materiais e serviços, especificações técnicas, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

14.1.17 Exigir, a qualquer tempo, a comprovação das condições da CONTRATADA que ensejaram sua contratação;

14.1.18 Diligenciar a aplicação de sanções ou da rescisão do contrato, no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento; 14.1.19 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

14.1.20 Esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nos desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de projeto, bem como fornecer informações e instruções necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos;

14.1.21 Elaborar e entregar o Atestado de Capacidade Técnica ao fornecedor, ao final dos serviços e caso não haja vícios ou etapas a serem refeitas, especificando os prazos e quantitativos dos serviços e obras realizadas pelo fornecedor, devendo ser datado e devidamente assinado pela autoridade competente.

14.1.21.1 Uma via deve ser arquivada nos autos do processo respectivo.

14.2 A CONAB não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste Projeto, em seus anexos e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita

execução do objeto e, ainda:

15.1.1 Participar de reunião inicial, após a assinatura do contrato, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do projeto básico, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados;

15.1.2 Serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta;

15.1.2.1 A participação na presente cotação implica a concordância do fornecedor com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013;

15.1.3 Iniciar os serviços somente após a emissão da Ordem de Serviço por parte da CONAB;

15.1.4 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente Projeto Básico;

15.1.5 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos:

15.1.5.1 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

15.1.5.2 Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

15.1.5.3 Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

15.1.5.4 Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

15.1.5.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

15.1.6 Executar os serviços conforme especificações do Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios, nas quantidades, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, práticas usuais consagradas, normas e legislação pertinente (federal, estadual e municipal que disciplinam o objeto);

15.1.6.1 Observar e aplicar os padrões de acessibilidade definidos na Lei 10.098/2000, no Decreto 5.296/2004 e nas NBRs 9050/2004 e 15575-1, bem como sinalização em braille e em formatos de fácil leitura e compreensão nos termos do Decreto 6.949/2009, além de outros normativos aplicáveis à matéria, sem prejuízo de outras ações não normatizadas que visem a atender o princípio da isonomia, no que se refere à acessibilidade;

15.1.6.2 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;

15.1.6.3 Obedecer sempre às recomendações dos fabricantes, cabendo à CONTRATADA a responsabilidade técnica e o ônus da sua má aplicação;

15.1.7 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no

prazo determinado;

15.1.8 Seguir o Cronograma estabelecido no Projeto Básico;

15.1.9 Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnicas ou os Registros de Responsabilidade Técnica (de execução, supervisão e outros) referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);

15.1.10 Fornecer os Projetos Executivos, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa

caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:

15.1.10.1 A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Projeto Básico e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos;

15.1.11 Responsabilizar-se pelos vícios e danos (ao patrimônio da CONAB, aos seus empregados a terceiros) decorrentes da execução do objeto (por dolo, negligência, imperícia ou imprudência), de acordo com os artigos 15 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONAB autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos, a preços atualizados, em prazo razoável estabelecido pela Companhia, contados a partir da comprovação da responsabilidade;

15.1.12 Não prevalecer-se de qualquer erro ou omissão para eximir-se de suas responsabilidades, obrigando-se a satisfazer a todos os requisitos constantes nas especificações;

15.1.13 Substituir, reparar, remover ou corrigir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado neste Projeto Básico, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

15.1.14 Indicar formalmente, antes de iniciar a prestação dos serviços, o preposto, informando seu endereço de e-mail e telefones para contato.

15.1.14.1 Ele será o responsável pela prestação de todas as informações solicitadas pela CONAB, bem como, pela perfeita execução dos serviços e cumprimento das solicitações feitas pelo FISCAL do Contrato.

15.1.14.2 Em caso de necessidade de alteração do preposto indicado, seja por motivo de férias, afastamento ou outro qualquer, a CONAB deverá ser informada imediatamente;

15.1.15 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

15.1.16 Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra;

15.1.17 Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências do CONTRATANTE;

15.1.18 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONAB ou por seus fiscais, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

15.1.19 Paralisar, por determinação da CONAB, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

15.1.20 Submeter previamente, por escrito, à equipe de FISCALIZAÇÃO da CONAB, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos ou materiais que fujam às especificações do memorial descritivo;

15.1.21 Providenciar a substituição de equipamentos e/ou ferramentas que a FISCALIZAÇÃO julgue serem deficientes para o cumprimento do prazo e da garantia de qualidade dos serviços;

15.1.22 Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da finalização dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

15.1.23 Com relação aos serviços de supervisão, a CONTRATADA tomará as seguintes providências:

15.1.23.1 Deverá manter a postos – em pronto atendimento - , durante o período de execução do projeto, engenheiro e técnicos especializados para vistoria e acompanhamento dos serviços que serão demandadas pelo fiscal do contrato. Esses profissionais deverão fazer vistoria técnica da qualidade dos serviços;

15.1.23.2 Os engenheiros ou arquitetos da CONTRATADA deverão supervisionar a execução dos serviços, de forma a garantir a Responsabilidade Técnica assumida.

15.1.23.3 Não deverá permitir que os serviços executados e sujeitos a inspeções por parte do CONTRATANTE sejam ocultados pela construção civil, sem a aprovação ou liberação da FISCALIZAÇÃO.

15.1.24 Responsabilizar-se integralmente pela perfeita execução contratual em qualquer hipótese de subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;

15.1.25 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

15.1.26 Manter os empregados nos horários predeterminados pela CONTRATANTE;

15.1.27 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;

15.1.28 Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

15.1.29 Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;

15.1.30 Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela FISCALIZAÇÃO do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;

15.1.31 Instruir seus empregados quanto:

15.1.31.1 à necessidade de acatar as Normas Internas da CONTRATANTE;

15.1.31.2 à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE;

15.1.31.3 as atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

15.1.32 Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

15.1.33 Arcar com todos os encargos diretos e indiretos que incidirem sobre a contratação, inclusive os trabalhistas, previdenciais, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, devendo apresentar, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, a documentação comprobatória dos recolhimentos devidos;

15.1.33.1 As despesas decorrentes do transporte de pessoal administrativo e técnico, bem como de operários, relacionados à instalação e vistorias dos equipamentos objeto, serão de responsabilidade da CONTRATADA;

15.1.33.2 As despesas decorrentes de estadia e alimentação de pessoal no local de realização da instalação e montagem do equipamento adquirido, serão de responsabilidade da CONTRATADA;

15.1.34 Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI;

15.1.35 Providenciar, em todas as etapas, o fornecimento e a instalação pela CONTRATADA dos Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) que se fizerem necessários no decorrer das diversas fases do cronograma, de acordo com a legislação vigente, bem como demais dispositivos de segurança necessários;

15.1.36 Proteger adequadamente todos os bens da CONAB que estiverem no local de execução da obra ou serviço, evitando que eles sejam avariados;

15.1.37 Fornecer todas as ferramentas e equipamentos necessários e apropriados à execução do objeto, ficando responsável por sua guarda e transporte;

15.1.38 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas (sendo de sua responsabilidade exclusiva), e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;

15.1.39 Manter, permanentemente, toda a execução do serviço livre de resíduos e o ambiente limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

15.1.40 Ao final do serviço, deverá ser realizada limpeza geral, devendo o espaço ser entregue em perfeitas condições de ocupação e uso, sem a presença de restos de quaisquer materiais;

15.1.41 Exigir da CONTRATADA que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

15.1.41.1 "As built", elaborado pelo responsável por sua execução;

15.1.41.2 Projetos Arquitetônicos e de Combate a Incêndio e suas aprovações no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal;

15.1.41.3 Projetos de Detalhamento e Implantação para adequação da realidade aos projetos aprovados, com Orçamentos e Memoriais Descritivos;

15.1.41.4 Plano de Combate a Incêndio;

15.1.41.5 Laudos de Estanqueidades;

15.1.41.6 Relatórios de Vistoria;

15.1.41.7 Relatório de Conformidade Final;

15.1.41.8 ARTs ou RRTs dos documentos técnicos produzidos (Projetos, Memoriais, Orçamentos, Laudos e Relatórios);

15.2 Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a CONAB possa utilizá-lo de acordo com o previsto Projeto Básico.

15.2.1.1 Quando o projeto referir-se a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos incluirá o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra;

15.2.2 Assegurar à CONTRATANTE:

15.2.2.1 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

15.2.2.2 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e dos demais produtos gerados na execução do Contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

15.2.3 Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

15.3 Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Projeto Básico e demais documentos anexos;

15.4 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;

16. DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS

16.1 É de responsabilidade da CONTRATADA as seguintes obrigações:

a) todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

b) todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato,

ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;

c) todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

d) encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;

16.2 A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato.

17. DAS OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

17.1 São expressamente vedadas à CONTRATADA:

a) a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seus cônjuges, parentes ou afins, até o 3º grau, durante a vigência do Contrato;

b) a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE.

18. DAS PENALIDADES

18.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, se a CONTRATADA:

18.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

18.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.3 Fraudar na execução do contrato;

18.1.4 Comportar-se de modo inidôneo;

18.1.5 Cometer fraude fiscal;

18.1.6 Não mantiver a proposta.

18.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a CONAB poderá, garantida am a:

18.2.1 Advertência;

18.2.2 Multa;

18.2.3 Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

18.2.4 Suspensão temporária de participação em licitação nos termos do Art. 87, Inciso III;

18.2.5 Declaração de inidoneidade para Licitar ou Contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

18.3 São exemplos possíveis de penalidades:

18.3.1 Atrasos na entrega dos projetos arquitetônicos e de combate a incêndio ao Corpo de Bombeiros ou à comissão fiscalizadora

18.3.2 Reprovação do projeto pelo Corpo de Bombeiros, mesmo que seja recorrente

18.3.3 Reprovação do projeto pela CONTRATANTE na apreciação e aprovação da comissão fiscalizadora, mesmo que seja reincidente

18.4 As multas em nenhuma hipótese serão devolvidas, reservando-se a CONAB o direito de promover a sua dedução da fatura restante.

18.5 Caso seja transcorrido um período maior que 180 (cento e oitenta dias) da data da assinatura do contrato e a empresa não cumpra o objeto deste Termo de Referência e seja comprovada responsabilidade da CONTRATADA, é facultado à CONTRATANTE operar a rescisão contratual.

18.6 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, à Contratada que:

18.6.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.6.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.6.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

18.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18.9 Em todos os casos, o valor acumulado das multas não deve ser superior a 10% (dez por cento).

18.10 Se os motivos ocorrerem por comprovado impedimento ou de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela CONAB, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

19. DA ESTIMATIVA DE PREÇO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

19.1 O custo total estimado para a prestação dos serviços deste Termo de Referência é de R\$101.216,67 (cento e um mil duzentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos). O critério utilizado para a formação da estimativa foi a média dos preços praticados no mercado.

19.2 O critério de julgamento das propostas será o de menor preço ofertado.

20. DO REAJUSTE

20.1 O preço consignado no Contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta pela variação do IPCA.

20.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

20.3 Serão objeto de preclusão os reajustes a que o contratado fizer jus durante a vigência do Contrato e que não forem solicitados até o implemento dos seguintes eventos:

20.3.1 assinatura do termo aditivo de prorrogação contratual;

20.3.2 data em que o Contrato completa 12 (doze) meses, 24 (vinte e quatro) meses e assim sucessivamente; ou

20.3.3 encerramento do Contrato.

20.4 Caso na data da prorrogação contratual ou na data em que o Contrato completar 12 (doze) meses, 24 (vinte e quatro) meses e assim sucessivamente, ainda não tenha sido divulgada a variação do índice no período, ou ainda não tenha sido possível a CONAB ou a CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, ficará resguardado o direito ao futuro reajuste, mediante cláusula a ser inserida no termo aditivo nos casos de Contratos sujeitos a prorrogação de vigência, ou apostilamento previamente autorizado pela autoridade competente nos demais casos.

21. DA SUBCONTRATAÇÃO

21.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto entre os limites mínimo e máximo de 1% (um por cento) e 10% (dez por cento), respectivamente, do valor total do Contrato, nas seguintes condições:

21.1.1 Digitalização e realização dos Projetos;

21.2 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;

21.3 É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação;

21.4 As empresas interessadas e subcontratadas deverão garantir que os integrantes de seu corpo técnico executem pessoal e diretamente as obrigações a eles imputadas, quando a respectiva relação for apresentada em processo licitatório.

21.5 A fornecedora selecionada deverá subcontratar Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538, de 2015, nos percentuais mínimos de 1% (um por cento) e máximo de 10% (dez por cento) atendidas as disposições dos subitens anteriores.

21.6 As microempresas e/ou empresas de pequeno porte a serem subcontratadas serão indicadas e qualificadas pela empresa melhor classificada junto com a descrição dos bens e/ou serviços a serem por elas fornecidos e seus respectivos valores, no caso da hipótese prevista no art. 48, II, da LC 123/2006.

21.7 A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

21.8 São obrigações adicionais da CONTRATADA, em razão da subcontratação:

21.8.1 Indicar as microempresas e as empresas de pequeno porte a serem subcontratadas e qualificadas pelas empresas interessadas no momento da apresentação das propostas, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;

21.8.2 Apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização conforme previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

21.8.3 Substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

21.9 Não será aplicável a exigência de subcontratação quando a empresa interessada for qualificada como

microempresa ou empresa de pequeno porte, consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte; e consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.

21.10 Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas;

21.11 Na hipótese de ser concedida, justificadamente, prioridade de contratação de fornecedores enquadrados como microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de dez por cento do melhor preço válido, quando exigida a subcontratação, a prioridade somente será aplicada se a fornecedora selecionada for microempresa ou empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente ou for um consórcio ou uma sociedade de propósito específico formada exclusivamente por microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente; (alínea f, inciso II, art. 9º do Decreto nº 8.538, de 2015)

21.12 São vedadas:

21.12.1 A subcontratação das parcelas de maior relevância técnica, assim definidas no instrumento convocatório;

21.12.2 A subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que estejam participando da cotação de dispensa;

21.12.3 A subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratante;

21.12.4 A exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios; e,

21.12.5 A subcontratação de empresa ou de consórcio que participado direta ou indiretamente, da elaboração de Projeto Básico ou Executivo (inciso II, §2 do art. 524)

22. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

22.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos no Projeto Básico; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da CONAB à continuidade do Contrato.

23. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

23.1 A CONAB poderá solicitar as alterações necessárias nos projetos para adequação aos objetivos do projeto, até um período de garantia de, no mínimo, cinco anos após o Recebimento Definitivo. Esses ajustes podem incluir, por exemplo, atualização da planilha orçamentária, disponibilização de cópias de segurança virtuais dos arquivos do projeto, prestação de esclarecimentos e/ou correções nos projetos.

23.2 Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá refazer o serviço ou parte dele, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após ser comunicado da necessidade de substituição.

24. DA GARANTIA CONTRATUAL

24.1 A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias corridos após a assinatura do Contrato, prorrogáveis por igual período, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor do Contrato, mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro;
- b) Seguro-garantia; ou
- c) Fiança bancária.

24.2 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) Prejuízos diretos causados à CONAB ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
- c) Multas contratuais aplicadas pela CONAB à CONTRATADA.

24.3 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

24.4 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,08% (oito centésimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

24.5 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a CONAB a promover a rescisão do Contrato por descumprimento de suas cláusulas.

24.6 A prestação de garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá ter validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência do Contrato.

24.7 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONAB, em conta específica na Caixa Econômica Federal (ou Banco do Brasil), com correção monetária.

24.8 No caso de prorrogação da vigência do Contrato ou readequação do seu valor em decorrência de reajuste, reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo ou supressão, a garantia deverá ser renovada ou ajustada à nova situação, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação;

24.9 No caso de contratação com vigência superior a 12 (doze) meses a garantia deverá ser renovada anualmente, como forma de resguardar os interesses da CONAB.

24.10 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

24.11 A CONAB executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

24.12 Será considerada extinta a garantia:

- a) Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONAB, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do Contrato;
- b) Com a sua total utilização por parte da CONAB dentro do prazo de validade previsto no subitem 21.6; ou
- c) Com a expiração do prazo de validade da garantia previsto neste Termo de Referência.

25. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

25.1 As obrigações decorrentes desta contratação serão formalizadas por meio de Contrato celebrado entre a CONAB e o proponente vencedor e observará a Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002, quando couber, e demais normas pertinentes.

25.2 O proponente vencedor será convocado para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado da convocação, celebrar o Contrato.

25.3 Antes da assinatura do Contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Termo de Referência, as quais deverão ser mantidas pelo proponente vencedor durante a vigência contratual.

25.4 Se o proponente vencedor não fizer a comprovação referida no item anterior ou recusar-se a assinar o Contrato, será convocado outro proponente para celebrá-lo, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

25.5 Antes da contratação será feita consulta ao CADIN – Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal, nos termos do Inciso III do art. 6.º da Lei n.º 10.522, de 19/07/2002, junto ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, a CNDT, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e à Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

26. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

26.1 Para a execução do ajuste, será adotado o método de trabalho baseado no conceito de delegação de responsabilidade. Esse conceito define o CONTRATANTE como responsável pela gestão do Contrato e pela verificação de aderência dos serviços prestados aos padrões de qualidade exigidos e a CONAB como responsável pela prestação dos serviços e a gestão dos recursos necessários para o cumprimento do Contrato.

26.2 Para o cumprimento do Contrato pressupõe a existência dos seguintes papéis e responsabilidades:

26.2.1 Fiscal do Contrato: é o empregado ou a comissão designada pela CONAB, responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização técnica da execução contratual e, ainda, pela verificação dos resultados pretendidos e pelo Recebimento Provisório do objeto da contratação;

26.2.1.1 Fiscal Técnico: empregado que avaliará a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no instrumento convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização do Público Usuário;

26.2.1.2 Preposto: funcionário representante da CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução

do ajuste e atuar como interlocutor principal com a CONAB, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

26.3 A atividade de gestão e fiscalização do presente Contrato deverá ser executada em conformidade com a Lei e as boas práticas de fiscalização de serviços de engenharia.

26.4 O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

26.5 Será designado fiscal, seu substituto, ou comissão de fiscalização para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.

26.6 O Fiscal do Contrato deverá exercer a fiscalização da contratação, exigindo o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais, seus anexos e os termos de sua proposta, sobre os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

26.7 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, em conformidade com o art. 69, art. 70 e art. 71 da Lei nº 8.666, de 1993.

26.8 A CONTRATADA deverá designar e indicar seu representante legal ou seu preposto, que a representará e se responsabilizará por todos os aspectos funcionais, técnicos e legais, devendo:

26.8.1 Efetuar o acompanhamento contínuo e periódico da execução do Contrato;

26.8.2 Fornecer e manter atualizados endereço de correspondência da CONTRATADA para recebimento de ofícios, notificações e intimações, bem como endereço de correio eletrônico;

26.8.3 Zelar pela manutenção, durante a execução do Contrato, das condições estabelecidas no instrumento convocatório, nas normas regulamentadoras e na legislação correlata do meio ambiente, segurança e medicina de trabalho, como também da regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e FGTS e do cumprimento das obrigações trabalhistas;

26.8.4 Zelar pela execução ou fornecimento do objeto contratual em conformidade com as normas técnicas vigentes; e

26.8.5 Zelar pela plena, total e perfeita execução do objeto contratado.

26.9 Eventuais dúvidas durante o período de vigência contratual deverão ser encaminhadas formalmente pelo preposto à CONAB.

26.10 Em função das características da presente contratação, e por motivo de economia, o preposto da CONTRATADA poderá ser um dos empregados designados para a execução dos serviços.

26.11 Durante a execução do objeto, a FISCALIZAÇÃO monitorará constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

26.12 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela FISCALIZAÇÃO, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador, o que não eximirá a CONTRATADA de realizar os ajustes necessários.

26.13 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos

indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

26.14 A FISCALIZAÇÃO deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

26.15 A FISCALIZAÇÃO verificará a conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços junto ao documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas.

26.16 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

26.17 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

27. DA RESCISÃO CONTRATUAL

27.1 A inexecução total do Contrato ensejará a sua rescisão, enquanto a inexecução parcial poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis.

27.2 A rescisão poderá ser:

27.2.1 Por ato unilateral e escrito da CONAB;

27.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a CONAB; e

27.2.3 Judicial, por determinação judicial.

27.3 A rescisão amigável não será cabível nos casos em que forem constatados descumprimentos contratuais sem apuração de responsabilidade iniciada ou com apuração ainda em curso.

27.4 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

27.5 A rescisão por ato unilateral da CONAB acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas no título anterior:

27.5.1 Assunção imediata do objeto contratado, pela CONAB, no estado e local em que se encontrar;

27.5.2 Execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela CONAB; e

27.5.3 Na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à CONAB.

27.6 A rescisão deverá ser formalizada por termo de rescisão unilateral ou distrato, no caso de rescisão amigável, devendo o respectivo extrato ser publicado no Diário Oficial da União.

27.7 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

27.7.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

27.7.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

27.7.3 Indenizações e multas.

27. DA VEDAÇÃO AO NEPOTISMO

27.1 Conforme art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, fica vedada a contratação:

- 27.1.1 de empregado ou dirigente da CONAB como pessoa física;
- 27.1.2 de quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau, com dirigente da Conab; empregado da CONAB, cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela contratação; e de autoridade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- 27.1.3 de empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado o seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CONAB há pelo menos (06) seis meses;
- 27.1.4 de empresas cujos administradores ou sócios tenham relação de parentesco, em linha reta ou colateral por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau, com agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na CONAB, incluindo, neste parentesco, cônjuge ou companheiro.

28. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

28.1 A CONTRATADA se responsabiliza administrativamente, civilmente e penalmente por qualquer dano causado pelo seu serviço ao meio ambiente, podendo responder, inclusive, perante a CONAB, pelos eventuais prejuízos causados à Companhia.

28.2 Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado pela CONTRATADA na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006, e Resolução CONAMA n° 436, de 22/12/2011, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

28.3 A CONTRATADA deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos frascos de aerossol originários da contratação, recolhendo-os ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada;

28.4 A CONTRATADA deverá utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto n° 5.975, de 2006, de:

28.4.1 Manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;

28.4.2 Supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;

28.4.3 Florestas plantadas; e

28.4.4 Outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

28.5 É vedada à CONTRATADA a utilização, na contratação, de produtos preservativos de madeira que contenham os ingredientes ativos Lindano (gama-hexaclorociclohexano) e Pentaclorofenol (PCF) e seus sais;

28.6 As embalagens e os resíduos de produtos preservativos de madeira não podem ser reutilizados ou reaproveitados, devendo ser recolhidos pela CONTRATADA e descartados de acordo com as recomendações técnicas apresentadas na bula, para destinação final ambientalmente adequada;

28.7 Incorporar nos memoriais descritivos caso o objeto ou suas etapas se enquadrem nas hipóteses do artigo 20 da Lei n° 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a CONTRATADA deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.

28.8 Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano

de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado

28.9 São proibidas à CONTRATADA as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

28.9.1 Lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

28.9.2 Lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

28.9.3 Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;

28.9.4 Outras formas vedadas pelo poder público.

28.10 Incorporar nos memoriais descritivos a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, a CONTRATADA deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 7.404, de 2010, e Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA, devendo:

28.10.1 Estar regularmente cadastrada no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP, parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013;

28.10.2 Possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente e em conformidade com as exigências legais e normas pertinentes dos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA;

28.10.3 Possuir, caso exigível, autorização ou licenciamento junto ao órgão competente, que comprove, no mínimo, capacidade técnica e econômica para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

28.10.4 Se CONTRATADA operar também com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e Decreto nº 7.404, de 2010, deverá:

28.10.4.1 Elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente;

28.10.4.2 Adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;

28.10.4.3 Informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

Brasília/DF, 15 de dezembro de 2020.

Elaborado por:

Área Técnica:

WESLEY MAGALHÃES DA CONCEIÇÃO
Gerência de Benefícios, Segurança
e Medicina do Trabalho
Analista – Eng. de Segurança do Trabalho

Aprovo o presente Termo de Referência nos termos do art. 131 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab.

Área Demandante:

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA
MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE..	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1º Etapa				
01	As-built do Projeto Arquitetônico	01		
02	Elaboração, Acompanhamento e Aprovação do Projeto Arquitetônico no CBMDF	01		
03	Projeto de Detalhamento e Implantação, Memorial descritivo e Orçamento das adaptações necessárias	01		
04	ART ou RRT dos Projetos, do Memorial e do Orçamento	01		
2º Etapa				
	As-built do Projeto de Combate a Incêndio			
01	Elaboração, Acompanhamento e Aprovação do Projeto de Combate a Incêndio em conjunto com seus complementares	01		
02	Elaboração e Aprovação do Plano de Combate a incêndio	01		
03	Elaboração do Projeto de detalhamento e Implantação dos itens que se fizerem necessários, com Memorial Descritivo e Orçamento	01		
04	ART ou RRT dos Projetos, Memoriais e Orçamentos	01		
3º Etapa				
01	Vistoria Técnica na execução das adaptações	20		
02	Teste de estanqueidade e ART ou RRT	01		
03	Relatórios de Conformidade final e ART ou RRT	01		
			VALOR TOTAL:	

Nos preços cotados estão incluídos todos os custos necessários ao fornecimento do produto objeto deste TR, inclusive, todos os impostos (IOF e outros), tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a sobre ele incidir, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.

Razão Social:	
Endereço:	
Telefone:	
CNPJ:	
Banco:	
Garantia dos serviços:	
Validade da proposta:	60 dias
Data da proposta:	
<hr style="width: 20%; margin: 0 auto;"/> Assinatura do responsável	

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA
DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA

PREGÃO ELETRÔNICO CONAB N.º X/2020
PROCESSO N.º 21209.000662/2011-84

DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA

Declaro que, em ___/___/20___, às (.....) horas, a empresa, CNPJ N.º:, sediada à, telefone (.....), na pessoa de seu **Responsável Técnico, Sr.**, portador da RG:, CPF:, vistoriou minuciosamente a Unidade Armazenadora de Brasília/DF, objeto da contratação para Elaboração do Projeto Básico e Executivo Arquitetônico e de prevenção e combate a Incêndio e Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas da Unidade Armazenadora da CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento - de Brasília/DF, com aprovação no Corpo de Bombeiros, com orçamentação das obras e serviços necessários para a sua execução referente ao Pregão CONAB N.º. ___/XXXX, tomando conhecimento de todas as informações e condições para a execução dos serviços, conforme RLC.

Brasília, _____ de _____ de 20__.

Assinatura/Carimbo do Declarante
Responsável Técnico

Assinatura/Carimbo
Empregado da CONAB

**ANEXO III DO TERMO DE REFERENCIA
ENCARGOS SOCIAIS – COM DESONERAÇÃO**

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE MÃO DE OBRA – COM DESONERAÇÃO			
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	INC. (%)	INC. (%)
GRUPO A – ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS		HORISTA	MENSALISTA
A1	INSS	0,00%	0,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%
A6	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	2,50%
A7	SEG. CONTRA ACID. TRAB.	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	1,00%	1,00%
A	TOTAL DE ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS	17,80%	17,80%
GRUPO B – ENCARGOS QUE RECEBEM INC. DE A			
B1	REPOUSO SEMANAL REMUNERADO	17,77%	não incide
B2	FERIADOS	3,41%	não incide
B4	AUXÍLIO-ENFERMIDADE	0,90%	0,70%
B3	13º SALÁRIO	10,72%	8,33%
B4	LICENÇA PATERNIDADE	0,06%	0,05%
B5	FALTAS JUSTIFICADAS	0,71%	0,56%
B6	DIAS DE CHUVAS	1,42%	não incide
B7	AUXÍLIO ACIDENTE DE TRABALHO	0,11%	0,08%
B8	FÉRIAS GOZADAS	8,12%	6,31%
B9	SALÁRIO MATERNIDADE	0,03%	0,02%
B	TOTAL DE ENCARGOS QUE RECEBEM INC. DE A	43,25%	16,05%
GRUPO C – ENCARGOS QUE NÃO RECEBEM INC. DE A			
C1	AVISO PRÉVIO INDENIZADO	5,19%	4,04%
C2	AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,12%	0,10%
C3	FÉRIAS INDENIZADAS	5,24%	4,08%
C4	DEPÓSITO RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA	4,98%	3,88%
C5	INDENIZAÇÃO ADICIONAL	0,44%	0,34%
C	TOTAL DE ENCARGOS QUE NÃO REC. INC. DE A	15,97%	12,44%
GRUPO D – TAXA DE REINCIDÊNCIA			
D1	REINCIDENCIA DO GRUPO A SOBRE GRUPO B	7,70%	2,86%
D2	REINCIDENCIA DO GRUPO A SOBRE O AVISO PRÉVIO TRABALHADO E REINCIDENCIA DO FGTS SOBRE O AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,44%	0,34%
D	TOTAL DE TAXA DE INCIDÊNCIAS E REINC.	8,14%	3,20%
TOTAL DOS ENCARGOS (A+B+C+D)		85,16%	49,49%

Fonte: CAIXA (SETEMBRO-2018) – Distrito Federal

ANEXO IV DO TERMO DE REFERENCIA

CÁLCULO DO BDI

COMPOSIÇÃO DA TAXA DE BDI				
REGIME DE INCIDÊNCIA CUMULATIVA DE PIS E CONFINS – OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA				
ITEM	COMPONENTES	EQUIPAMENTO	MATERIAL	MÃO DE OBRA
1	DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (AC)	3,45%	3,45%	4,00%
2	DESPESAS FINANCEIRAS (DF)	0,85%	0,85%	1,23%
3	SEGUROS, RISCOS E GARANTIAS (S,R,G)	1,33%	1,33%	2,07%
3.1	SEGUROS (S)	0,18%	0,18%	0,40%
3.2	RISCOS (R)	0,85%	0,85%	1,27%
3.3	GARANTIAS (G)	0,30%	0,30%	0,40%
4	TRIBUTOS (I)	3,65%	3,65%	8,65%
4.1	ISS	0,00%	0,00%	5,00%
4.2	PIS	0,65%	0,65%	0,65%
4.3	COFINS	3,00%	3,00%	3,00%
5	LUCRO (L)	5,11%	5,11%	7,40%
	BDI	15,28%	15,28%	26,24%
FÓRMULA UTILIZADA				
$BDI = \left[\frac{(1 + (AC + S + R + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1 \right] \times 100$				
Cálculo do BDI extraído do Acórdão 2.369/2011 - Plenário				